

DISCURSO BREVE
SOBRE O ESTADO
D A
ADMINISTRAÇÃO
D A
FAZENDA PUBLICA ,
E MEIOS DE SE CONSEGUIR A SUA REFORMA.

Á Commissão do Thesouro.

Senhores. — Ha quasi dois mezes que esta Commissão se installou, havendo passado muito tempo antes, que occorrencias bem singulares retardarão a formação deste corpo, que se devia occupar do ponderoso trabalho de fazer o Plano da reforma d'Administração da Fazenda publica; desta administração, que sendo boa e regular, he o sustentaculo, e o mais firme apoio dos governos, e hum dos seguros conductores da prosperidade dos estados; sendo desregrada e má he a causa originaria de todas as revoluções, o germen da miseria publica, e a ruina certa da machina politica. He esta uma verdade que todos os governos deverão ter mui impressa, e de que deverão estar bem persuadidos: não são unicamente as opiniões politicas, não he a corrupção de costumes, não são os máos escriptos, nem a liberdade illimitada da imprensa, o que tem feito, faz e fará as revoluções politicas: he sobretudo a falta de dinheiro, he a desordem da administração da Fazenda publica: porem he certo que esta parte da publica administração devendo corresponder á natureza,

ou fôrma do Governo estabelecido, só pode adquirir hum eminente grão de perfeição nos governos representativos.

Sendo pois tal e tão importante o objecto desta Commissão difficil será de acreditar, que nada tenhamos feito, com tudo he huma verdade, se attendemos unicamente ao natural producto de nossas mallogradas diligencias; porque sendo esta Commissão installada no dia doze de Outubro preterito, no mesmo dia consultou, e pediu ao Governo que expedisse circulares ás Repartições da competencia do Ministro da Fazenda, para a Commissão ser nellas attendida no que requeresse; o que sendo-lhe denegado pela Portaria de 17 de Outubro, participando-se-lhe que sómente estaria ao seu dispor, nas Contadorias do Thesouro, os Livros da Escripturação; e que quanto aos documentos e mais papeis de que precisasse os requeresse pelo Ministerio da Fazenda: a Commissão vendo, e com todo o fundamento, que os multiplicados Livros de huma Escripturação esteril, nem se podião pedir sem previamente conhecer a divizaõ e regulamento interno de cada Contadoria do Thesouro, nem podião servir sem os papeis e documentos que os podem e devem esclarecer, e illustrar, fez a 1.ª Nota das suas requisições, que enviou ao Governo; da qual não tendo resposta até o dia 12 de Novembro, consultou novamente, expondo quanto lhe era sensivel esta falta, notando as requisições que se persuadia eraõ de prompta satisfação; e quanto ás mais difficeis disse, que não ignorava as impossibilidades que havia de logo se satisfazerem, pelo deploravel estado do Thesouro, mas que a isto se podia accidir coadjuvando os Officiaes do mesmo Thesouro com outros de fora. Nenhuma destas diligencias

foi ainda bastante para se conseguir resultado algum, e he para notar que só a simples Nota das requizições gastou mais de vinte dias para se registar no Thesouro, tal he o estado de apathia, ou para melhor dizer de destruição em que está este corpo: he por este motivo que a Commissão, destituida de materiaes, tem visto com assás de magoa nullos resultados de seus esforços.

Porém Senhores, se da nullidade a que se achão reduzidos nossos trabalhos, nos soubermos aproveitar como de hum ensaio para conhecer os muitos embaraços e difficuldades com que temos a lutar, e os meios que nos são indispensaveis, e que devemos pedir se nos dêem para as vencermos; então alguma cousa teremos feito. Eis aqui pois Senhores o objecto da minha proposta: indicar-vos os meios de que carece a Commissão para desempenhar a sua tão importante, como delicada, e espinhosa tarefa. Permitti porém Senhores, que antes de assim o fazer, vos exponha succinta e brevemente, algumas das idéas que me occorrem sobre o estado actual da nossa administração de Fazenda, o que servirá não só de illucidar a presente materia, mas de preludio ao meu projecto sobre a reforma da administração da Fazenda pública, e systema de sua contabilidade.

A administração da Fazenda chegou entre nós ao ultimo ponto de decadencia; nella risidia huma das mais profundas chagas do nosso corpo moral administrativo: defeituosa na sua organização nunca poderia ser boa; porem a falta de observancia dessa mesma tal qual organização tornou verdadeiramente monstruosa. Eis as duas causas de que dimana o seu máo estado actual: defeito e insufficiencia das leis e regulamentos por que se tem governado; e desprezo e abuso dessas mesmas leis e regulamentos.

A nossa administração de Fazenda, bem como toda a pública administração soffreo huma consideravel reforma no tempo do Marquez de Pombal; a qual ainda que não conseguiu plenamente os verdadeiros fins de huma regular administração, com tudo he inegavel que deo para esta hum passo agigantado; e quem a traçou reconheceo hum dos mais essenciaes principios, que devem formar a theoria da administração de Fazenda, e he o de centralizar as suas operações, estabelecendo huma Repartição unica que lhe dê todo o impulso, e colha todos os resultados das mesmas operações. O Esario ou Thesouro foi a Repartição que para este fim, e como base essencial da reforma, então se creou (por Carta de lei de 22 de Dezembro de 1761) em lugar dos Contos, Tribunal de Fazenda, em que se pôde dizer, que não havia sequer apparencia de contabilidade. Creou-se por este modo huma Repartição em que entrassem todas as rendas públicas, e donde se distribuíssem as importancias das diversas despesas, que tudo se achava dividido por differentes e multiplicadas Repartições; extinguirão-se muitas das formulas ordinarias dos processos; destruirão-se certas molas que tornavaõ mais que complicado o andamento dos negocios na antiga administração, taes como o conflicto das jurisdições entre as diversas Authoridades: este foi o passo agigantado que deo o systema de arrecadação de Fazenda; resentio-se com tudo este novo estabelecimento dos vicios do antigo, porque se conservou, e mesmo se estabeleceo de novo huma divizaõ no systema administrativo da Fazenda, que o destruia na sua origem. Distinguirão-se Authoridades com attributos tão interlaçados, que parecia regerem indistincta, e reciprocamente os negocios huma da outra.

Firmou-se a jurisdição do Conselho da Fazenda, encarregando-o da parte della chamada administrativa; e por este modo se lançáraõ as bases de hum máo systema de administração, que de facto era inexiquivel, como depois se mostrou. A esta assim como ás outras Repartições de igual natureza, quando se lhes incumbio formalizar as Folhas, e fazer o assentamento das differentes despesas, parecia querer-se-lhes dar por attribuição, fiscalizar, e tomar conhecimento dos titulos originarios dellas, mas esta regra não foi logo geralmente seguida, e por fim foi em extremo alterada; por que ao Erario se dirigiráõ ordens para pagar despesas de vencimentos successivos, sem preceder assentamento no Conselho; o Erario só por só tomou conhecimento, assentou os titulos originarios, e processou Folhas destas despesas. Do mesmo modo quando áquellas Repartições se incumbio a parte da jurisdição contencioza e voluntaria d'Administração de Fazenda, tal como fazer as habilitações para os pagamentos, nos casos em que estas se requerem, e decidir os requerimentos que envolvem pontos de direito, parece que nenhuma outra Repartição devera deste objecto tratar; porém a pratica mostra o contrario, porque o Erario mandou fazer pagamentos por habilitações feitas nos Juizos ordinarios, a titulo de eximir os pertendentes, quando eraõ modicas as quantias que deviaõ receber, das exorbitantes despesas que no Conselho da Fazenda com as habilitações se faziaõ; o Erario se julgou no dever de examinar estas habilitações, impor-lhes duvidas, e obrigar as Partes a produzir novos documentos, e novas provas do seu direito, para aclarar as duvidas, e desfazer as incoherencias, que muitas vezes, he verdade se encontravaõ na-

quellas habilitações; o Erario tomou conhecimento e entrou a decidir definitivamente innumeraveis requerimentos e duvidas, que se suscitavaõ sobre direito de Partes, e da Fazenda pública, que a olhos vistos pertenciaõ á jurisdição das Repartições administrativas. Ao mesmo passo que o Erario tomava assim attribuições, que parecia só pertencerem ao Conselho da Fazenda, ou ás Repartições de sua administração, estas reciprocamente se apossavaõ das attribuições só proprias do Erario, mandando fazer pagamentos pelos Almoxarifes e Contratadores das differentes rendas; o que deo lugar ao Decreto de 12 de Junho de 1779, que prohibio a expedição de ordens para pagamentos por outra Repartição que não fosse o Thesouro; e só o procedimento contrario a este Decreto, e que elle não pôde remover, bastava para pôr em desordem toda a administração da Fazenda, porque divertia os fundos públicos do emprego que só o Erario lhe devia dar, alterava a ordem dos pagamentos, e sujeitava os Empregados que os fazião a duas Authoridades mui distinctas.

As execuções que se deviaõ fazer com regularidade, e exactidaõ, caminháraõ por tal forma, e taõ confusamente se executou a lei nesta parte, assim pelo Erario, como pelas Repartições administrativas, que innumeraveis devedores, deixáraõ indevidamente de ser executados, e dos executados ainda não foi possivel obter relações exactas e circunstanciadas, sendo ó arbitrio dos Juizes Executores e dos Chefes das Contadorias do Thesouro a regra a este respeito constantemente seguida. Em fim esta divizaõ no systema administrativo da Fazenda não tem feito mais do que paralisar a sua marcha, e faze-lo aberrar do seu verdadeiro objecto. Mas como assim não havia de

acontecer, estabelecendo-se para huma unica administração duas Authoridades centraes, que a dividiaõ em duas tão desvairadas partes, quando ella só intimamente unida póde obter o seu verdadeiro fim? Que quer dizer em materia de arrecadação de Fazenda, huma Authoridade central para administrar, e outra para fiscalisar? Os actos de bem administrar, e de bem arrecadar a Fazenda pública, não são mais do que huma só e a mesma cousa, ou pelo menos elles são tão ligados, e tem entre si taes correlações, que as molas do seu movimento deveraõ ter a mesma origem, e partir de hum centro commum; por quanto neste mesmo centro se devem reunir os resultados necessarios para formar a Conta do estado da Fazenda pública. Feita a lei que determina o imposto; feita a sua collecta, (quando he da classe dos directos) pela Authoridade municipal, que dos individuos e das cousas deve ter particular conhecimento, inspeccionar a sua arrecadação, mostrar a sua conta, e fiscalisa-lo ou administra-lo, são tudo actos que devem ser subordinados á primeira Authoridade, encarregada d'administração da Fazenda pública em geral. Quanto menos complicada fôr a machina administrativa, mais faceis, e desimpedidos seraõ os seus movimentos: haverá mais legalidade, menos abuso, e mais exactidão nos seus resultados.

Como era possivel que o Erario apresentasse a Conta da Fazenda exacta, se as Repartições chamadas administrativas, mandando fazer despezas, e alterando a forma regular da arrecadação, tomavaõ deliberações e expediaõ ordens, de que resultava desfalque e mingua nas rendas públicas, de que só por via do Erario se devia dispor? E como poderiaõ estas Repartições dar a Conta da

Fazenda pública, se apenas sabem quaes são algumas das rendas, e nada lhes he conhecido do seu estado de arrecadação e contabilidade? Ve-se claramente, que huma tal ordem na administração da Fazenda pública, tem pela sua natureza a faculdade de repellir, e afastar de si os meios necessários, e indispensaveis para se conseguir hum prompto, exacto, e verdadeiro resultado.

Alem destes males, que forão huma necessaria consequencia do modo porque se organisou a Administração da Fazenda no anno de 1761, outro defeito mui capital houve então; e foi o máo systema de contabilidade que se adoptou, e o deixar a primeira direcção della ao Thesoureiro mór, a quem se deo huma authoridade excessiva, fazendo-o superior aos Contadores, que lhe deviaõ tomar, e fiscalizar as suas Contas; vindo por este modo quasi a ser fiscal de si proprio.

Tratava-se de estabelecer o Thesouro, e de organizar a Administração da Fazenda pública; e sobre a sua contabilidade cujo systema devera formar a base principal deste estabelecimento, se limitou a lei a determinar que fosse adoptado o methodo da Escriptura Dobrada, sem marcar a escripturação que deveriaõ ter todos os agentes fiscaes, que tinhaõ de prestar suas contas no Thesouro; aonde estas necessariamente deviaõ servir de documentos da sua contabilidade, e ser assim escripturadas. A falta pois de hum methodo de escripturação simples e uniforme, segundo o qual todos os Recebedores, Thesoureiros e Pagadores organisassem suas contas, tem sido huma das causas da confusão que nellas se encontra, da difficuldade do seu ajustamento, e de se terem considerado como hum elemento estranho á escripturação do Thesouro, quando com ella deveriaõ jogar.

A Escripura Dobrada foi pois admittida, e foi talvez a que lembrou a Negociantes, que para a administração de seus negocios della se serviaõ, e que parece muito figuráraõ no estabelecimento do Thesouro. Não tinhaõ certamente idéas claras dos resultados que deve apresentar a contabilidade da grande Administração da Fazenda pública, e assim se contentáraõ, com designar na lei do Thesouro, a admissão de hum methodo famigerado, sem as instrucções que eraõ indispensaveis para com regularidade se pôr em pratica. (a)

O methodo da Escripura Dobrada tendo hum só conta de Caixa, e hum só Livro Mestre para mostrar o estado de cada conta, foi necessariamente alterado em seus principios, quando a multiplicidade das contas fez crear diversas Contadorias, e hum systema de escripturação para cada hum destas, tendo o seu Livro Mestre, o seu Diario, e o seu Livro de Caixa, ou Registo de partidas. Por esta fórma parece que havendo hum systema de escripturação para cada hum destes corpos ou contadorias, devera tambem haver de facto hum Caixa para cada hum dellas; porém ao contrario, quiz-se a par desta alteração sustentar o estabelecimento de hum só Caixa geral; e para este fim se deo hum pedaço da sua conta a cada Contadoria; e quasi o mesmo se praticou a respeito das mais contas; digo quasi o mesmo, porque destas não se pertendeo fazer hum reu-

(a) Observa-se que na escripturação pertencente á Contadoria da Bahia se faz hum assento no Diario para cada partida, ainda quando coincidaõ duas, ou tres na mesma data; praticando-se nas outras Contadorias o contrario, e [coforme a regra.

niaõ como daquella, mas antes se deixáraõ isoladas em cada Contadoria. De huma taõ notavel alteraçã no methodo da Escripura Dobrada, resultou hum systema de escripturaçã verdadeiramente monstruoso; com tudo elle dava huma Conta exacta do estado da Caixa, e da receita e despesa effectiva do Thesouro. Este resultado com effeito satisfez cabalmente o Ministerio daquelle tempo; e tanto mais satisfez quanto o estado da Fazenda era na verdade feliz; a receita chegava sobejamente para a despesa; conhecia-se huma e outra, com reconhecida vantagem sobre o antigo systema; a ninguem se devia, porque tudo era pago com promptidaõ; e portanto a necessidade a nada mais obrigava. Em breve porẽm as circumstancias mudáraõ; os recursos se foraõ apouquentando, o estado da Fazenda se tornou verdadeiramente máo; e entaõ parece que se entrevio a necessidade de conhecer melhor o estado da Administração, e de exigir della alguns resultados mais do que aquelles, que apresentava o Thesouro, segundo a sua organizaçã primitiva. Reconheceraõ-se as faltas de muitos Exactores e agentes fiscaes, e o consideravel atrazo de suas Contas, que ficavaõ por liquidar; e olhando só para as causas immediatas que estes effeitos produziaõ, se promoveraõ os ajustamentos das Contas, fazendo-se para este fim as Instrncções regulamentares de 8 de Maio de 1790, e de 26 de Julho de 1802; mas desgraçadamente com tal defeito, que se deixáraõ os ajustamentos das Contas dependentes só da vontade dos Contadores; naõ se impoz a estes a obrigaçã de dar huma exacta Conta das quẽ entravaõ, das que se ajustavaõ, e das que ficavaõ por ajustar; antes se determinou vagamente, que se ajustassem com preferen-

cia aquellas Contas em que se supposse haver : leance, erigindo-se per este modo em regra a arbitrariedade de cada Chefe, o que não podia deixar de produzir muitos, e consideraveis abusos. Reconheceo-se a confusão do *expediente* por mui avultado, e quizerão-se simplificar as formulas do despacho, fazendo-se para este fim tambem humas instrucções. Reconheceo-se em fim, que era preciso apresentar huma Conta, que demonstrasse em periodos certos o estado da Fazenda, ou do Thesouro, indicando o que este devia, e o que lhe deviaão; formalizaraão-se entaõ as Tabellas da receita e despeza do Erario, extrahidas todos os Semestres em cada Contandoria. Mas estas Tabellas são verdadeiramente o *Humano capiti* de que falla Horacio; pois nenhuma relação tem, nem se achaão em harmonia com a escripturação estabelecida. Hum mappa desta natureza, devia ser hum extracto fiel dos resultados que apresentão as differentes Contas do Livro Mestre; mas o facto he, que nem sequer nos titulos com ellas confere: daqui resultou a summa difficuldade em elle se organizar, e o nenhum conceito que deve merecer a sua exactidaão.

Eis-aqui defeitos capitaes, e suas graves consequencias da organização primitiva da nossa administração de Fazenda; cumpre porém advertir, que as alterações e os abusos dos principios nesta mesma organização consignados, produzirão ainda mais funestas consequencias. Por mais que se procure conhecer o fio systematico que tem seguido a nossa Administração de Fazenda, não he possível descobri-lo. Vê-se que os individuos que á testa desta administração se achávaão, faziaão mover isoladamente, e a seu arbitrio as rodas da maquina que tinhaão á sua disposição, sem jámais

cooprarem, tendo em vista hum mesmo fim. Bastaria este só procedimento para tudo desorganizar e confundir, ainda quando o systema primordial fosse muito bom.

A simplicidade methodica com que a lei fundamental do Thesouro estabeleceo a marcha dos negocios, se foi logo alterando. Os negocios da competencia de cada Contadoria, se tinham marcado segundo as diferentes porções de territorio a que pertenciaõ; e esta classificação suposto que não fosse a melhor, comtudo era regular; porém brevemente se alterou, porque á Contadoria geral da Bahia, e outras Provincias do Ultramar, se encarregou a fiscalização das contas do Thesoureiro das Tropas do Alemtejo e Algarve, a Arrecadação do Donativo dos 4 por cento; a fiscalização das contas das Obras públicas, a de huma parte do rendimento da Serenissima Caza de Bragança, e a do rendimento da Caza da Rainha. Similhan-tes alterações houveraõ nas outras Contadorias; vindo por este modo a classificação dos negocios, que tanto importa, e que taõ essencial he em qualquer administração, a ser olhada insignifican-temente.

O principio que a mesma lei estabelece de querer conhecer em hum só ponto de toda a receita, e de toda a despesa pública, mas não executado logo em toda a plenitude, foi depois infringido com total desprezo, commettendo-se huma parte da arrecadação, e destribuição da Fazenda pública, a outras Repartições do Erario inteiramente separadas. Assim se creou a Junta dos Juros dos Novos Empréstimos, que hoje he hum outro Thesouro público, que se conserva com o especiozo motivo da distincta natureza de seus encargos; como se estes e os do Thesouro não fossem

todos públicos , e não fossem sustentados igualmente á custa da Nação ; e ainda mais , como se hoje se podesse , ou se tratasse de illudir o Público com o fantasma do credito. As rendas da Junta dos Juros arrecadadas pelo Thesouro com a devida clareza , podiaõ do mesmo modo ser applicadas exactamente , e sem desvio aos seus encargos , tendo a vantagem de simplificar deste modo a administração , e reunir , e uniformar as contas dos Exactores.

Hum outro abuso houve , e mui notavel , dos principios consignados na lei do Thesouro ; e foi o de chamar immediatamente a este o pagamento de innumeraveis despesas , para que havia Thesoureiros privativos , pelos quaes se deviaõ fazer ; competindo ao Thesouro sómente , o dar para ellas as suas consignações , e não despende por miudo , como tem feito , na sua Pagadoria , avultadas sommas para Ordenados , Juros , e Tenças.

A receita e despesa de cada Exactor , de cada Thesoureiro ou Pagador , que com regularidade , e com exactidão se devia fazer em cada Contadoria , a onde prestasse as suas contas , se retalhou , recebendo alguns por diversas Contadorias , e por outras Repartições diferentes daquellas em que se lhes tomavaõ e ajustavaõ suas contas ; e enlaçando assim por modo tal as transações , que Thesoureiro ou Recebedor ha , de que se torna hoje impossivel o exacto ajustamento e liquidação de suas contas.

A entrada na circulação de novas especies de moeda ; a receita e despesa pública feita , parte em valores metalicos , parte em valores ficticios ou papel moeda , exigia hum novo genero de fiscalização sobre todos os agentes fiscaes , encarregados de receber e pagar , e huma prompta mu-

dança na Escripção, que devia mostrar exactamente, e com toda a legalidade o que se recebia e dispendia de cada especie; ao contrario porém deixou-se a escripturação das Contadorias, sem mostrar distincta e designadamente as differentes especies de moeda, de que se compunhaõ as receitas e as despesas; fazendo disto objecto de segredo e da privativa competencia do Thesoureiro-mór, que devera ser o fiscalizado; e dando assim lugar, por huma bem fundada suspeita de má fé, ao discredito do Thesouro.

Por este modo confundida e sobre maneira desacreditada a Administração da Fazenda pública; confundido o expediente do Thesouro, a sua contabilidade que lhe devera merecer o primeiro cuidado, e constituir o mais essencial, e talvez o unico objecto de seus trabalhos, foi reputada a mais insignificante porção delles; os empregados unicamente para só desta tratar, por modo que se deslembráraõ deste seu dever; informes de hum sem numero de requerimentos entretinhaõ os Contadores, e muitos de seus Officiaes; a pouca attenção que a estes em geral se tem prestado, em huma Repartição aonde decisivamente se carecia de que fossem habéis e mui honrados, os inhabilitou, e os fez esquecer de cumprir seus deveres, e obrigações: desprezou-se a lei que lhas marcava, e que marcava seus interesses e recompensas; deixando-se tudo dependente do puro arbitrio de Chefes froxos, e inveterados nos abusos. Contadoria há em que por espaço de mais de 10 annos se não provêraõ os lugares que lhes eraõ mais essenciaes, e por cumulo de tudo quiz-se suprir no numero o que faltava na qualidade; quiz-se que innumeraveis Officiaes com mesquinhos ordenados, desempenhassem com exactidão e decidido

interesse, trabalhos importantes; ou para melhor dizer quiz-se impor, illudir e fazer dependencia, e não ser franco, regular e exacto. Parece incrível que em huma Repartição aonde o trabalho menos ponderoso, e de que ha menos quantida-
de, seja talvez copiar fiel, e exactamente huma Conta, existão ao presente 108 Praticantes, com o modico ordenado de 10 moedas e 100 \$ reis, anhelando como grande vantagem o poderem passar a vencer 150 \$ 000 reis, accesso que immediatamente lhes compete. Em taes circustancias como pôde admirar, que os negocios mais serios ficassem envolvidos na poeira dos Cartorios; que os ajustamentos, e liquidações das Contas se tornassem de summa difficuldade; que os Pagadores, Recebedores, Thesoureiros, e Administradores que as prestaõ, tenham commettido muitas e muitas malversações, havendo de mais a mais em muitos destes empregados, a incuria de o serem propriamente da Administração judicial, e de terem por aquelle acrescimo de trabalho tenue recompensa.

Se a tudo ajuntarmos o apuro, e a falta de recursos, em que de dia para dia se foi vendo a Administração da Fazenda pública, em grande parte proveniente destas causas; o atrazo por consequencia dos pagamentos; a desordem que este accidente por falta de providencias opportunas, produzio na contabilidade, que mal dispostas para mostrar com clareza a marcha d'Administração, menos o era para estas occurrencias, que de todo o ponto a confundirão e inutilizáráo; o sobremaneira carregado expediente do Thesouro, cujo processo parece haver-se confundido mui de propozito e arteiramente para embarçar e paralisar certos resultados; e em fim a má vontade e falta de cooperação para a emenda, da parte daquelles

que tem alimentado , sustentado e conservado tão pernicioso , como funesto e abusivo estado de Administração : se tudo pois reunirmos em hum só quadro , que triste e lastimozo aspecto nos não apresenta hoje esta Repartição , em que deve residir a primeira e mais essencial parte da Administração pública ! Devemos acaso admirar-nos , Senhores , se a Nota das nossas requisições olhada com summo desinteresse não passa do poder do somnolento e opprimido Official que a regista ! Ah Senhores , o Thesouro parece não ter já influxo de vida , senão para se aproximar da sua destruição , e dar o ultimo arranco.

Innumeraveis impostos sem classificação alguma regular , e sem systema , tem sido outro embaraço para se conseguir a boa Administração , porque nunca o systema de contabilidade poderá com tão confusos elementos ser simples e perfeito. A sua arrecadação dividida e subdividida por muitas e mui diversas Repartições , e classificada irregularmente , não só multiplicou sem necessidade os Exactores , e empregados , mas reduziu com tão confuso methodo , os povos ao ultimo estado de vexame , e inhabilitou ao mesmo tempo a Administração da Fazenda de ter resultados alguns claros e exactos.

He no meio de tão confusos elementos , e da reconhecida desordem em que se acha o Thesouro , que esta Commissão foi nomeada com o importante objecto de examinar o estado d'arrecadação da Fazenda pública , e fazer hum Plano da reforma da sua administração. O desempenho de hum objecto tão difficil e de tão grande transcendencia requer amplas faculdades para dispor dos meios necessarios , meditação para os empregar convenientemente , e energia para não perder tempo

quando se trata de conseguir resultados tão proficuos e tão interessantes. Porém, Senhores como a esta Commissão se não deo authoridade para estimular e dar impulso ás rodas de tão cançada maquina, e dispor assim os animos á cooperação de tão penosa tarefa, ao traçar seus primeiros trabalhos tem reconhecido, pela propria experiencia, que com taes meios não he possivel colher os dados estatisticos de que se carece, para com todo o conhecimento de causa se formar hum Plano de Administração de Fazenda. E sem estes materiaes, a meditação poderá talvez produzir mil lindos Projectos, mas a pratica os poderá desmentir, e então se escarmenta á propria custa. A energia tambem sem meios he não só intempestiva, mas inutil, e até pernicioso. Nestas circumstancias, Senhores, deveremos nós prescindir dos referidos dados estatisticos, e coördenarmos hum Projecto que cada hum de nós theoricamente poderá ter formado, e que eu mesmo vos poderia em breve apresentar; e o enviaremos assim ao Soberano Congresso? Não Senhores, em materia desta natureza guiar-nos só pela simples theoria, alem de poder ser de mui graves consequencias, tem o embaraço de irnos por este modo contra a lei que marca nossos trabalhos, na qual expressamente se nos determina, que depois de procedermos aos exames necessarios, formemos hum Plano geral, verificando a sua theoria per previo ensaio. E com quanta prudencia nos foi marcada esta clausula! Ella nos indica que em materia de Administração de Fazenda, ainda as mudanças do mal para o bem devem ser precedidas de hum ensaio que as disponha convenientemente; e que as medidas provisorias e sujeitas a huma prompta alteração, devem preceder os Regulamentos permanentes, systematicos, e completos. C 2

Nestes termos cumpre-nos Senhores, patentearmos ao Soberano Congresso esta nossa situação, e pedir-lhe nos faculte os meios, que julgarmos indispensaveis para o desempenho do que nos incumbio. Eis aqui o que eu vos proponho, passando a indicar-vos nos seguintes artigos o que julgo necessario para dissolver o embaraço em que nos achamos, e dar impulso aos nossos trabalhos.

ARTIGO 1.º

Naõ sendo possivel organizar-se já hum Regimento de Fazenda, por falta dos necessarios elementos que exige a execução de tão ponderosa materia, mas devendo adiantar-se quanto antes, e podendo para este fim talvez fazer-se a verificação do seu Projecto, ao menos no mais essencial ou nas suas bases, por hum previo ensaio, conforme o artigo 4.º da lei de 21 de Agosto do corrente anno, convem que o proximo anno de 1823 sirva para este ensaio, e para corrigir qualquer defeito, que a pratica mostre haver nas theorias que se tiverem formado. Para assim se conseguir he necessario que a Commissão, sem perturbar a marcha das Repartições de Fazenda, que devem continuar com a sua mesma escripturação, tenha com tudo conhecimento de todas as transações da Receita e Despeza que fôr propriamente do anno de 1823, e estabeleça assim o principio de huma nova época na Administração de Fazenda; para o que se carece do seguinte:

2.º

Que pelo Ministro da Fazenda se expedão ordens circulares aos Ministros da Decima, e aos Collectores de todos e quaesquer rendimentos, para que apenas acabarem o lançamento do anno de 1823, remetaõ á Commissão Certidões delle.

Que se passem iguaes Ordens a todos os Escrivães dos Thesourciros e Recebedores de quaesquer rendas públicas, que não forem collectadas, para que remettaõ no ultimo de cada mez Certidões da receita effectiva que nelle houver; e em fim a todos e quaesquer Exactores, seja qual for a sua denominação.

Que as Contadorias do Thesouro remettaõ as Condições dos Contractos que continuão no seguinte anno de 1823; e daquelles que de novo começarem neste anno, logo que as recebaõ.

Que se não possaõ lançar nos Registos da receita, nem escripturar entradas algumas de Rendimentos pertencentes ao anno de 1823, sejaõ em dinheiro effectivo, em Letras, ou provenientes de encontros, sem se notarem pela Commissaõ, ou por quem ella delegar.

Que para a execuçaõ do Artigo precedente o Thesouro, e todas as mais Repartições passem Conhecimentos separados das entregas dos Rendimentos do anno de 1823, ainda quando cumulativamente venhaõ as importancias deste com as de annos antecedentes.

Que a Commissaõ possa propôr ao Governo, e este provisoriamente approvar quaesquer alterações no methodo por que se devaõ fazer as despesas públicas do anno de 1823 em diante; para regular, assentar, e tomar conhecimento de seus titulos originarios.

Que as Ordens passadas ao Thesoureiro-Mór

segundo o Artigo 231 da Constituição para pagar vencimentos, pertencentes ao anno de 1823, sejam notadas na Commissão; vindo para este fim nella designada a natureza da despesa, e passando-se com separação todas as que pertencerem a vencimentos deste anno.

9.º

Que se não abonem despesas algumas feitas pelos Rendimentos, sem que os Recebedores que as fizerem tenham apresentado seus documentos na Commissão para se notarem.

10.º

Que a Commissão organize huma Contadaria, debaixo da inspecção de hum de seus membros, para nella se fazer o Ensaio da nova Escripturação, e contabilidade, e se tomarem as notas referidas.

11.º

Que a Commissão tenha authoridade para pedir a quaesquer Repartições, ou Empregados na Administração da Fazenda, os esclarecimentos de que precisar.

12.º

Que em cada huma das Contadorias do Thezouro, e em cada Repartição de Fazenda, a Commissão possa nomear hum ou dois Officiaes, para que sem se embarçar o expediente trabalhem em satisfazer ás requisições que a Commissão fizer, e por este trabalho sejam a ella responsaveis.

13.º

Que a Commissão seja authorizada para durante o anno de 1823 remunerar a cada hum dos empregados de outras Repartições que occupar, que mais se distinguir e cujo vencimento não chegue a 400 \$ 000 annuaes, com huma gratificação até á quantia de 200 \$ 000, que será abonada pelo Ministro da Fazenda.

Que a Commissão possa propôr qualquer alteração interina, ou suppressão nas funções de quaesquer empregos de Fazenda.

Que o Ministro da Fazenda seja o Presidente nato da Commissão, alterando-se nesta parte a lei que a estabeleceo, a fim de mais promptamente se desempenhar esta empreza.

Que a Commissão possa examinar ou mandar examinar a escripturação e contabilidade estabelecida nas differentes Repartições, a de que se servirem os Exactores, Thesoureiros e Pagadores; e mandar-lhes novos modellos, quando julgue necessario para ensaio.

Que as novas Camaras fação o lançamento dos impostos directos pertencentes ao anno de 1823 conforme os Artigos 223, e 228 da Constituição; dando-se-lhes para este fim as necessarias instrucções; e remettendo o Quaderno ou Certidões do dito lançamento á Commissão; servindo o referido sómente de mero ensaio e experiencia; porque a arrecadação deste anno se fará pelo lançamento que houverem feito os Ministros.

He por este meio e com taes faculdades, Senhores que nós poderemos entrar no conhecimento da natureza de tantos e tão desvairados impostos como existem, da pratica de sua collecta, e methodo de sua arrecadação, e por este modo projectar hum novo systema de impostos adequado ás nossas circumstancias, e organizar e ensaiar hum bom systema de contabilidade, que he a base mais solida d'Administração de Fazenda; pois não basta saber o que entra nos Cofres públicos

de cada renda ou imposto, mas importa conhecer que nada fica em poder dos Exactores, que nada se extravia; que em fim os agentes fiscaes e os Contribuintes tem cumprido exactamente com os seus deveres. Quando o systema de contabilidade não apresenta estes resultados, a administração he má, e as malversações são infalíveis. Assim achou o celebre Sully no tempo em que principiou o seu ministerio que de 150 milhões, que annualmente os povos pagavaõ, apenas se verificava nos Cofres publicos a entrada de 30 Milhões.

F I M.